

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Carlos Vieira/CB/D.A. Press

O ex-governador José Roberto Arruda decidiu se desfiliar do PL. Ele estava longe da vida partidária, principalmente depois que a então mulher, Flavia Peres, deixou a legenda logo após as eleições de 2022. Hoje, eles não são mais um casal e trilharam caminhos políticos distintos. Mas Arruda permaneceu no partido, sempre com o propósito de disputar novamente o Palácio do Buriti. Agora, a possibilidade é real, mas Arruda não tem o apoio da base bolsonarista do partido para concorrer. O PL-DF está alinhado com a candidatura de Celina Leão (PP) ao governo e de Ibaneis Rocha (MDB) ao Senado.



Calma



Arruda precisa encontrar um partido até abril, prazo máximo para quem quer disputar a eleição de 2026. “Vamos ver com calma”, disse à coluna.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Magela X Grass

O PT marcou prévias para escolha do candidato do partido ao governo nas próximas eleições. Dois nomes estão em disputa: o presidente do Iphan, Leandro Grass, e o ex-deputado Geraldo Magela. Ambos já concorreram ao Palácio do Buriti. Magela foi ao segundo turno com o então governador Joaquim Roriz em 2002 e perdeu por pouco. Grass concorreu em 2022 contra a reeleição de Ibaneis Rocha. Foi o segundo mais votado, mas não passou da primeira fase.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Dois lados

As prévias estão marcadas para ocorrer em 22 de novembro, antecedidas por quatro debates. A disputa interna tem um lado positivo para o partido: acende a militância e abre o debate eleitoral. Mas, a depender dos embates, pode causar desgastes.

Divulgação



Candidato nas ruas

O vice-presidente do PT, — e também da Câmara Legislativa —, Ricardo Vale, defende um acordo para evitar as discussões e buscar a unidade. “O ideal é não ter as prévias, mas, pra isso, um dos dois deveria desistir. O PT precisa colocar logo seu nome ao governo nas ruas”, afirma o deputado distrital.

Quem vai denunciar o assassino?

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entrou na onda do mistério da novela *Vale Tudo*. Em postagem no Instagram, o órgão aproveitou a polêmica da tevê para uma propaganda da atuação dos promotores de Justiça: “Quem matou Odete Roitman? Isso ninguém sabe, mas sabemos quem vai denunciar o assassino: o Ministério Público”. E um dado: “No Brasil, os crimes dolosos contra a vida levam, em média, 2.200 dias até serem julgados. No DF, esse tempo cai para cerca de 800 dias. Em 2024, o MPDFT ofereceu 156 denúncias por homicídios consumados. Os feminicídios consumados tiveram 134 denúncias desde 2018, com condenações em 90% dos casos julgados”.

Divulgação



Arquivo pessoal



Desafios da proteção de dados

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove amanhã o I Encontro Nacional de Encarregados e Encarregadas de Dados do Poder Judiciário, em Brasília, com transmissão ao vivo pelo YouTube. O evento, organizado pelo conselheiro Rodrigo Badaró (foto), reunirá especialistas e autoridades para discutir os desafios da proteção de dados pessoais e o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados no sistema de Justiça. O encontro terá a presença do diretor-presidente da Agência Nacional de Proteção de Dados, Waldemar Gonçalves Ortunho Junior. A programação inclui debates sobre inteligência artificial, segurança da informação e boas práticas adotadas por tribunais de todo o país.

Divulgação/TJDFT



Ops!

A coluna chamou ontem os membros do TCDF de “desembargadores eleitorais”. Na verdade, a nova nomenclatura é desembargadores de contas. De qualquer forma, o correto mesmo é conselheiro ou conselheira, segundo decisão judicial.

“No dia que começarem a falsificar Coca-Cola, vou me preocupar”

Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos)

“Um tirava sarro da pandemia, o outro agora vem fazer brincadeira com as intoxicações por metanol. Tarcísio é a cópia fiel de Bolsonaro”

Ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann



SÓ PAPOS



Pablo Jacob/Governo do Estado de SP



Platobr Política

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

SEGURANÇA PÚBLICA/ Acordo entre a Polícia Civil e o governo federal foi formalizado ontem para um aumento de 27,27%, que será pago em duas parcelas — a primeira, de 12,81%, no fim do ano, e a segunda, de 12,82%, no início de 2026

Reajuste em dezembro e janeiro

» RAFAELA BOMFIM*
» CARLOS SILVA
» FERNANDA STRICKLAND

Após meses de negociação, foi formalizado, ontem, o acordo salarial que concede um reajuste de 27,27% aos policiais civis do Distrito Federal. A cerimônia de assinatura do Termo de Negociação Salarial, realizada no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), em Brasília, marca o encerramento de uma das etapas mais longas de tratativas entre a categoria e o governo federal.

Agora, o MGI dará início à tramitação administrativa necessária para concretizar o aumento, que será implementado de forma gradual, com datas específicas para que os valores sejam creditados nos vencimentos dos servidores. A primeira parcela, de 12,81%, será paga em dezembro de 2025, e a segunda, de 12,82%, em janeiro de 2026.

Com o aceite formalizado pelas entidades e pelo MGI, a expectativa é de que o projeto de lei que viabiliza o reajuste seja encaminhado ao Congresso Nacional para análise e votação nas próximas semanas. A tramitação legislativa é a etapa crucial para transformar o acordo em lei e liberar os

recursos necessários para os pagamentos previstos.

O **Correio** conversou com a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF (Sindepó-DF), Cláudia Alcântara. Ela confirmou que o reajuste foi fruto da negociação no fórum instituído por lei e que os próximos passos envolvem a formalização do acordo entre as instâncias de governo.

“Será encaminhado ao governo do Distrito Federal tudo que foi feito aqui para formalização”, disse. “Após isso, o governo do DF deve formalizar esse acordo. Então, encaminha para o Ministério da Justiça, que lavra um PL e um PLN e encaminha ao presidente da República, que remete ao Congresso Nacional”, explicou.

Embora o valor final não atenda plenamente às expectativas da categoria, Cláudia reconheceu que houve progresso. “Esse reajuste é inferior ao que desejávamos, porque, desde o princípio, estamos em busca da recuperação dos índices salariais concedidos à Polícia Federal e não à Polícia Civil. Mesmo assim, consideramos que foi um avanço”, avaliou a dirigente sindical. “Hoje, estamos muito mais próximos de atingir essa simetria com a Polícia Federal do que antes”, acrescentou.

Para o presidente do Sinpol-DF, Enoque Venancio, a assinatura

Rafaela Bomfim/CB/D.A. Press



Cerimônia de assinatura do Termo de Negociação Salarial foi realizada no Ministério da Gestão

representa o fechamento de um ciclo de diálogo e mobilização que envolveu toda a categoria. “O reajuste foi aceito pelos policiais civis e agora formalizamos o compromisso para que o governo dê andamento ao projeto e garanta o que já foi conquistado. Trata-se de uma parcial correção de uma injustiça iniciada em 2016, que estamos buscando reparar. Tivemos avanços, e continuamos firmes em busca do nosso objetivo principal”, destacou, em nota.

Segundo a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), o aumento, discutido e aprovado no fórum permanente de negociação criada por lei, representa uma evolução significativa para a categoria, que deve acumular mais de 57% de reajuste durante o governo Lula. “Tive um projeto de reajuste das polícias que nós introduzimos, com uma emenda minha, à construção de fóruns permanentes de discussão. Foi esse fórum que discutiu toda essa proposição, então

é inegável que nós tivemos um reajuste bem superior ao reajuste que os policiais civis tiveram no governo anterior”, afirmou Kokay.

Nas redes sociais, o Sinpol-DF comemorou o resultado e destacou que a conquista só foi possível após “semanas de intensa articulação da diretoria” e o apoio político. “O trabalho árduo e incansável da diretoria, somado à mobilização da categoria, ficará registrado nas páginas da história do sindicato”, ressaltou a entidade, que ainda agradeceu a

confiança dos policiais civis e reforçou a expectativa para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancione o aumento.

Adiantamento

De acordo com Érika, o cronograma inicial previa o pagamento da primeira parcela do aumento em setembro 2025 e a segunda em abril de 2026. No entanto, uma nova proposta apresentada por ela o antecipou para dezembro e janeiro.

“Se atrasasse a primeira parcela, iria antecipar a segunda. Então, pelo que está posto, eles vão receber provavelmente em dezembro (...). A que era em abril antecipou para janeiro, então em janeiro eles já vão receber o reajuste cheio, as duas parcelas”, detalhou Kokay.

A parlamentar destacou ainda que o projeto deve seguir os trâmites legais antes de chegar ao Congresso Nacional. O texto será encaminhado pelo governo do Distrito Federal ao Ministério da Justiça, que, por sua vez, o enviará ao Ministério do Planejamento e posteriormente ao Palácio do Planalto, podendo resultar em medida provisória ou projeto de lei que também incluirá outras categorias do serviço público.

* Estagiária sob supervisão de Malcia Afonso